

Salário dos parlamentares

Congresso

06 MAR 1990

Marcondes Sampaio JORNAL DE BRASÍLIA

Num país que é campeão mundial das disparidades salariais, é natural que os vencimentos mais elevados, percebidos pela cúpula burocrática, gerem inconformismo e até revolta em mais de dois terços da população, que se encontram em estado de miséria absoluta ou em processo de proletarianização.

Desde o ano passado, esse inconformismo tem se revoltado, com grande vigor, contra os subsídios parlamentares, que se encontram no topo da remuneração do setor público, embora, é verdade, acompanhados de perto pelos valores atribuídos a milhares de servidores graduados dos três poderes e das empresas estatais — os DAS —, que nos últimos tempos conseguiram reajustes significativos nos seus salários.

Em meio a tal reação, começa a ganhar dimensão nacional um movimento que visa a reduzir os subsídios de deputados e senadores, começando pelo congelamento dos atuais valores, até que eles baixem ao equivalente a 20 salários mínimos — cerca de NCz\$ 72 mil. Para tentar essa aparente utopia, um certo Movimento pela Democracia Direta espera reunir mais de 800 mil assinaturas para, nos termos da nova Constituição, formalizar uma proposta legislativa de caráter popular, capaz de constranger os congressistas a aprovar essa iniciativa.

Em países social-democratas, poderia ser até uma aberração estabelecer-se tal limite, uma vez que neles a diferença entre a remuneração mínima e a máxima é ainda menor que a pretendida nessa proposta. Acontece que o Brasil ainda vive sob os absurdos do capitalismo selvagem, que impõe aos trabalhadores o mais aviltante salário mínimo do mundo e coloca a classe média, que percebe em torno de 20 salários mínimos,

na faixa dos sacrificados para o atendimento das necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde.

No caso específico dos parlamentares, deve-se ainda levar em consideração que eles têm certas despesas que não afetam o cidadão comum, tais como os custos de campanha, as pressões clientelistas do eleitorado, sobretudo nas regiões mais pobres, e outras consequências do status social e político. Não por outro motivo, muitos parlamentares que antes de ingressar na vida política se dedicavam a atividades liberais mostram-se inclinados a desistir da reeleição, quando menos por não terem recursos suficientes para gastar na campanha.

Com efeito, os quadros do Congresso são compostos, em grande parcela, por profissionais liberais — advogados, médicos, jornalistas, por exemplo — que contribuem para a autenticidade e universalidade da representação. Afastar do Parlamento esses profissionais — muitos dos quais têm participação importante na defesa dos interesses da maioria da população — equivale a ampliar os espaços que nas últimas legislaturas têm sido conquistados pelos representantes do poder econômico, sejam eles os próprios empresários e banqueiros ou seus prepostos, capazes até de dispensar os subsídios, para eles irrisórios, e que devem — estes sim — ser objetos de maior atenção da sociedade, pelos danos que podem causar ao interesse público.

Talvez por isso não seja mera coincidência que o movimento tenha nascido em São Paulo, o grande reduto do empresariado brasileiro e berço do PT, partido que, por estrabismo ou oportunismo político, não raro se compromete — como já se cometeu nessa campanha — com as hipocrisias e maracutaias das elites.